

Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede –, entre 1º de maio de 2025 e 30 de abril de 2026, no âmbito do primeiro ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo de 2026

Prestação de contas do Governo ano 2026 – 1º Ciclo

18/6/2026 — 9 horas



**ASSEMBLEIA
LEGISLATIVA**
DE MINAS GERAIS



Relatório de Reunião

Prestação de informações sobre a gestão da Secretaria de Desenvolvimento Econômico – Sede –, entre 1º de maio de 2025 e 30 de abril de 2026, no âmbito do 1º ciclo do Assembleia Fiscaliza – Prestação de Contas do Governo de 2026

Reunião conjunta das Comissões de Minas e Energia, de Assuntos Municipais e Regionalização, de Desenvolvimento Econômico e de Educação, Ciência e Tecnologia

Comissão convidada: Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana

Presidente da reunião: Deputado Gil Pereira

Data: 18/6/2026

Horário: 9 horas

Local: Auditório José Alencar

Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Rua Rodrigues Caldas, 30 — Santo Agostinho

Belo Horizonte/MG

CEP: 30190-921

Foto capa: Willian Dias ([Acervo ALMG](#))

I – Apresentação

Em 18/6/2026, as Comissões de Minas e Energia, de Assuntos Municipais e Regionalização, de Educação, Ciência e Tecnologia e de Desenvolvimento Econômico, tendo como convidada a Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana, receberam Mila Batista Leite Corrêa da Costa, secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, que prestou informações sobre a gestão de sua área de competência relativamente ao período de 1º de maio de 2025 a 30 de abril de 2026, em atendimento ao art. 54 da Constituição do Estado.

Acesse o vídeo da íntegra da reunião: [clique aqui](#) para assistir à reunião. Ou acesse pela programação do Assembleia Fiscaliza no endereço: almg.gov.br/fiscaliza.

II – Presenças

Comissão de Minas e Energia: deputados Gil Pereira (presidente) e Adriano Alvarenga.

Comissão de Assuntos Municipais e Regionalização: deputados Leleco Pimentel (vice-presidente) e Adriano Alvarenga (substituindo o deputado Arnaldo Silva).

Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia: deputada Beatriz Cerqueira (presidenta) e deputado Cassio Soares (substituindo a deputada Ione Pinheiro).

Comissão de Desenvolvimento Econômico: deputados Leonídio Bouças (presidente), Antonio Carlos Arantes e Roberto Andrade.

Comissão Extraordinária de Defesa da Habitação e da Reforma Urbana: deputado Leleco Pimentel (presidente).

Poder Executivo: Mila Batista Leite Corrêa da Costa, secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico.

Demais presenças: deputados Duarte Bechir, João Magalhães e Zé Guilherme.

III – Temas discutidos

A secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico apresentou um panorama das ações desenvolvidas pela pasta no período compreendido entre maio de 2025 e abril de 2026, estruturando sua exposição em torno de cinco eixos: desempenho econômico do Estado, atração de investimentos, melhoria do ambiente de negócios, inovação e desenvolvimento tecnológico e fortalecimento da infraestrutura econômica. Ao final, destacou iniciativas relacionadas a regularização fundiária, comércio exterior, economia criativa e qualificação profissional.

Inicialmente, foram apresentados indicadores macroeconômicos que, segundo a secretária, evidenciam a expansão da atividade econômica em Minas Gerais. A exposição registrou que o Produto Interno Bruto estadual superou a marca de R\$1 trilhão em 2025, correspondente a aproximadamente 9% do PIB nacional, acompanhado da redução da taxa de desemprego para 4,6% e da continuidade da geração de empregos formais iniciada em 2019. A secretária atribuiu esses resultados à combinação de estabilidade institucional, melhoria do ambiente de negócios e políticas de atração de investimentos.

No campo da atração de investimentos, foi apresentado o desempenho do programa Investa em Minas, por meio do qual o Estado informou ter atraído aproximadamente R\$534 bilhões em investimentos privados desde 2019, distribuídos em centenas de municípios. Segundo a exposição, esses investimentos abrangem diversos setores produtivos, com destaque para mineração, indústria farmacêutica, logística, comércio exterior e minerais estratégicos, que contribuem para diversificar a base econômica estadual.

A secretária também destacou as ações voltadas à melhoria do ambiente regulatório, especialmente por meio do programa Minas Livre para Crescer, destinado à implementação da Lei da Liberdade Econômica nos municípios. Conforme informado, centenas de municípios já aderiram ao programa, o que os permitiu ampliar a simplificação de procedimentos administrativos para abertura e funcionamento de empresas e reduzir barreiras regulatórias ao investimento privado.

No eixo de ciência, tecnologia e inovação, foi apresentado o MG Tech, projeto executado em parceria com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – Fapemig –, abrangendo apoio ao empreendedorismo tecnológico, desenvolvimento de novos produtos e fortalecimento da infraestrutura de pesquisa. A exposição também abordou iniciativas destinadas ao fortalecimento do ecossistema estadual de inovação e à aproximação entre universidades, centros de pesquisa e setor produtivo.

Outro conjunto de ações apresentado referiu-se à política de regularização fundiária urbana. A secretária informou que o programa Minas Reurb presta apoio técnico aos municípios para implementação dos procedimentos previstos na legislação federal de regularização fundiária, com sua atuação ampliada por meio de recursos oriundos da repactuação do Acordo do Rio Doce.

Na área de desenvolvimento regional, a secretária apresentou ações relacionadas aos Arranjos Produtivos Locais, ao Circuito Mineiro de Oportunidades de Negócios, ao apoio ao artesanato mineiro e à política estadual de promoção das exportações, com destaque para a ampliação da participação de empresas mineiras em mercados nacionais e internacionais.

Por fim, a apresentação abordou iniciativas voltadas à qualificação profissional. Nesse contexto, destacou-se o Mapa Mineiro para Qualificação Profissional, desenvolvido para aproximar a oferta de formação das demandas do setor produtivo.

Na fase de debates, os principais temas discutidos foram:

1) Atração de investimentos e transparência sobre renúncias e isenções fiscais do Estado

Parlamentares reconheceram os resultados da política econômica apresentados pela secretária, mas parte das intervenções questionou a sustentabilidade desses indicadores diante da situação fiscal do Estado. Também foram levantadas dúvidas sobre os critérios utilizados para concessão de renúncias fiscais e a transparência dessas informações. Foram questionados ainda os resultados efetivos para a população das políticas de investimento e desenvolvimento econômico, tendo o Vale do Jequitinhonha como principal exemplo, promovido como Vale do Lítio.

A secretária reafirmou que a política de desenvolvimento econômico está baseada na melhoria do ambiente de negócios, na segurança jurídica, na simplificação regulatória e na atuação integrada entre secretaria, Invest Minas e demais órgãos estaduais. Informou que os investimentos se encontram distribuídos por centenas de municípios e abrangem diversos setores da economia.

Quanto aos questionamentos relacionados às renúncias fiscais e ao equilíbrio das contas públicas, informou que essas matérias extrapolavam as competências institucionais da secretaria, razão pela qual não apresentou esclarecimentos adicionais.

2) Liberdade econômica e melhoria do ambiente de negócios

Parlamentares destacaram que a simplificação administrativa constitui importante instrumento para estimular investimentos privados, embora ainda persistam dificuldades relacionadas aos procedimentos de licenciamento em diversos municípios.

Também foi ressaltada a necessidade de continuidade das ações de modernização administrativa para reduzir custos regulatórios e aumentar a competitividade estadual.

A secretária informou que a pasta continuará a estimular a adesão dos municípios ao programa Minas Livre para Crescer e ampliará iniciativas voltadas à melhoria do ambiente regulatório, entendendo que a liberdade econômica representa um dos pilares da política estadual de desenvolvimento.

3) Regularização fundiária urbana e gestão das terras devolutas

Foram levantados questionamentos sobre a atuação da Cohab-MG, a utilização dos recursos da repactuação do Acordo do Rio Doce, a inexistência de cadastro completo das terras devolutas e a situação de conflitos fundiários em diferentes regiões do Estado.

A secretária esclareceu que o Minas Reurb continuará a apoiar tecnicamente os municípios, e parte dos recursos da repactuação será destinada à ampliação dessas ações. Informou ainda que as terras devolutas não têm cadastro integral em razão da inexistência de matrícula imobiliária e que existem apenas levantamentos relativos às ações discriminatórias e aos antigos contratos posteriormente declarados inconstitucionais.

4) Desenvolvimento regional e interiorização dos investimentos

Diversos parlamentares defenderam que as políticas estaduais devem considerar as vocações produtivas das diferentes regiões de Minas Gerais, de forma a ampliar as oportunidades para os municípios do interior.

Foi ressaltada a importância de investimentos em infraestrutura, logística e energia para reduzir desigualdades regionais.

A secretária afirmou que os investimentos atraídos estão distribuídos por centenas de municípios e que a estratégia estadual busca promover o crescimento econômico regionalizado, respeitando as características de cada território.

5) Expansão da infraestrutura de gás natural regional

Parlamentares cobraram a ampliação da rede de distribuição de gás natural para aumentar a competitividade industrial do Estado diante de outras unidades da Federação. Foram solicitadas informações sobre: a) o cronograma detalhado de investimentos para o atendimento das regiões do Sul de Minas, a partir de Bragança Paulista (SP), e do Triângulo Mineiro, com foco na planta de biometano em Uberaba; e b) a extensão da infraestrutura de gás para o Norte de Minas, com vistas a consolidar o polo farmacêutico de Montes Claros. A secretária informou que o projeto do Sul de Minas, com investimentos de

R\$700 milhões, aguarda autorização da agência reguladora federal, enquanto o edital para o gasoduto do Triângulo Mineiro, orçado em R\$960 milhões, será lançado até o próximo mês. Quanto ao polo farmacêutico, ela reforçou os esforços do Programa Invest Minas na expansão da cadeia de fármacos no Norte do Estado.

6) Investimentos na rede de energia elétrica e subestações da Cemig

A infraestrutura de energia elétrica foi apontada como essencial para o agronegócio e o desenvolvimento regional. Deputados demandaram informações sobre o planejamento de novas subestações para garantir a qualidade do fornecimento de energia aos produtores rurais durante o período de colheita e secagem do café. Os programas Cemig Agro e Minas Trifásico foram elogiados, com cobranças de reforço de energia para pequenos produtores em Jacuí, Bom Despacho e na região da Serra da Canastra. Também houve demandas pelo aproveitamento da alta capacidade de geração de energia solar fotovoltaica no Norte de Minas para a atração e instalação de *data centers* na região, bem como pela retomada do Programa Campos de Luz.

A secretária destacou o plano de investimentos de R\$58 bilhões da Cemig até 2028 e informou que o número de subestações inauguradas desde 2019 (167) equivalerá ao total construído desde a criação da companhia em 1952, com a previsão de entrega de 54 unidades, em 2026, e 29, em 2027. Acrescentou, com relação ao programa Minas Trifásico, que já foram implantados 13.000km de linhas desde 2019 e que há previsão de expansão do programa com mais 6.000km neste ano e mais 30.000km em 2027.

7) Qualificação profissional e inovação

Parlamentares ressaltaram que a disponibilidade de trabalhadores qualificados constitui elemento decisivo para a atração de novos investimentos e para o aumento da produtividade estadual. Destacou-se ainda a obrigação constitucional de repasse de verba para a Fapemig.

A secretária informou que a Sede continuará a articular ações com instituições de ensino, universidades e com o setor produtivo para aproximar a oferta de qualificação das demandas efetivas da economia mineira e que tem cumprido com o repasse e a execução orçamentária da agência de fomento à pesquisa.

Não foram acordados compromissos oficiais. Tampouco foram formalizados encaminhamentos parlamentares após a audiência.

Belo Horizonte, 15 de julho de 2026.

Deputado Gil Pereira

Presidente da Comissão de Minas e Energia